

MINUTA DA ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI – IPREV-MARAGOGI

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e vinte e cinco minutos, nas dependências da Câmara Municipal de Maragogi, realizou-se a Primeira Audiência Pública do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Maragogi – IPREV-MARAGOGI, com a finalidade de apresentar aos segurados, representantes dos Poderes Legislativo e Executivo, conselheiros e demais participantes informações relativas à gestão previdenciária, financeira, atuarial, de investimentos e de governança do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. A abertura da audiência foi realizada pelo Senhor Jailson Barros Carnauba, Vereador e orador da sessão, que, após a leitura do ofício de convite encaminhado pelo IPREV-MARAGOGI, convidou os participantes para composição da mesa, contando com a presença da equipe do RPPS, representante do Conselho, representantes das empresas IC Coutinho e Lema, representante do Poder Executivo, Sra. Aliete Estanislau da Silva Luna, da Secretaria de Articulações Políticas, bem como a Controladora do Município, Sra. Anna Karolynne Cândido da Silva, e demais convidados e servidores presentes. Na oportunidade, foram registrados saudações e agradecimentos a todos os participantes. Em seguida, o Diretor-Presidente do IPREV-MARAGOGI, Senhor João Gomes, saudou os presentes, especialmente sua equipe, agradecendo o apoio recebido no desenvolvimento das atividades do Instituto, e deu início à apresentação do Relatório de Governança, abordando inicialmente uma visão geral sobre o conceito e a finalidade dos Regimes Próprios de Previdência Social no Brasil. Na sequência, apresentou o quantitativo de segurados do Município, estabelecendo comparativo entre servidores ativos, aposentados e pensionistas, com o objetivo de demonstrar a relação entre a estrutura previdenciária, a arrecadação e a sustentabilidade financeira e atuarial do RPPS. Tratou dos repasses previdenciários e da necessidade de aportes para o equilíbrio do regime, destacando, ainda, a possibilidade de novas alterações na legislação previdenciária de forma geral. Durante a exposição, foram formulados questionamentos acerca da sustentabilidade previdenciária, os quais foram respondidos pelo Diretor-Presidente de forma clara e objetiva. Prosseguindo, o Diretor-Presidente apresentou aspectos relevantes da trajetória do IPREV-MARAGOGI, traçando uma linha do tempo da previdência municipal e destacando a solicitação de auditoria realizada quando assumiu a direção do Instituto, em 2017. Estabeleceu comparação entre o número de segurados existente naquele período e o quantitativo atual, bem como entre os valores da

folha de benefícios, registrando que atualmente, esta, representa crescimento de aproximadamente 146% em relação ao valor registrado em 2017. Informou, ainda, que, ao longo da história do Município, foram realizados seis concursos públicos. Na continuidade, apresentou a estrutura organizacional do IPREV-MARAGOGI e, de forma simplificada, os resultados dos investimentos realizados no exercício de 2025, bem como os números relativos às receitas e despesas do Instituto até aquele exercício. Destacou, ainda, a evolução da Compensação Previdenciária – COMPREV, ressaltando que, historicamente, o Município de Maragogi não apresentava receitas dessa natureza, passando, então, a explicar detalhadamente o funcionamento do processo de compensação previdenciária, sua finalidade e a aplicabilidade dos recursos decorrentes dessa receita. Em seguida, apresentou informações relativas ao resultado atuarial do RPPS, às metas estabelecidas e às medidas necessárias para sua otimização, destacando, especialmente, a importância da atualização dos dados cadastrais dos segurados por meio da realização de censo previdenciário a cada cinco anos, do recadastramento e da prova de vida, na forma anual. Ressaltou que esses procedimentos são fundamentais para assegurar a consistência das bases de dados utilizadas nos cálculos e avaliações atuariais, contribuindo para a adequada mensuração das obrigações previdenciárias. Enfatizou, ainda, que não existe RPPS sem servidores, ressaltando a responsabilidade dos segurados na preservação e no fortalecimento da instituição previdenciária. Na sequência, tratou das principais ações desenvolvidas pelos órgãos colegiados durante o exercício, aproveitando a oportunidade para agradecer aos membros presentes pela participação e contribuição na gestão do Instituto. Abordou também a importância da capacitação e do desenvolvimento institucional da equipe e dos conselheiros, destacando o Plano de Ação de Capacitação aprovado no exercício. Ressaltou que o RPPS possui, dentre suas particularidades, a exigência de certificação dos membros dos órgãos colegiados, conforme a regulamentação aplicável, diferenciando os conselheiros previdenciários dos demais conselheiros municipais. Ao final de sua apresentação, realizou suas considerações finais, encerrando sua exposição com uma citação de caráter proverbial. Na sequência, foi convidada a representante da Lema, Senhorita Marcela, para realizar sua apresentação, oportunidade em que explicou, conceitualmente, a Política de Investimentos do RPPS, abordando os procedimentos relacionados à sua elaboração e aprovação. Tratou das disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025 e das principais alterações introduzidas pela nova regulamentação, enfatizando também o papel do Tribunal de Contas no acompanhamento e controle dos investimentos dos regimes próprios. Abordou a conformidade conceitual do IPREV-MARAGOGI quanto ao enquadramento dos investimentos, bem como aspectos relacionados à distribuição dos recursos, liquidez, prazos para disponibilidade financeira e utilização de fundos de médio e longo prazo, estabelecendo sua correlação com

o cumprimento da meta atuarial. Ressaltou que a governança dos investimentos está vinculada à atuação dos órgãos colegiados, cabendo à empresa de consultoria prestar o apoio técnico necessário às decisões, sem substituir a competência dos responsáveis pela gestão e deliberação. Na sequência, tratou da transparência na área de investimentos, apresentando os documentos e ações que devem ser disponibilizados e divulgados pelo RPPS. Apresentou, ainda, o valor do patrimônio acumulado ao final do exercício de 2025 e informou que a rentabilidade obtida no período ficou acima do esperado, permitindo o atingimento da meta atuarial anual estabelecida para o exercício. Concluída a apresentação, o Diretor-Presidente retomou a palavra e apresentou a Cartilha Previdenciária do IPREV-MARAGOGI, informando que o material ficará disponível no sítio eletrônico oficial do Instituto para consulta dos segurados e da sociedade. Em seguida, convidou a representante da IC Coutinho e Cordeiro, Senhora Ilka Coutinho, para realizar exposição acerca do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – Pró-Gestão RPPS. A palestrante saudou os presentes e iniciou sua apresentação realizando uma retrospectiva dos principais temas anteriormente abordados pelo Diretor-Presidente, agradecendo a presença do representante do Poder Legislativo, Senhor Jailson Barros Carnauba, Vereador Municipal. Na sequência, chamou a atenção para a responsabilidade dos conselheiros na gestão previdenciária e conceituou o Pró-Gestão RPPS, estabelecendo sua correlação com a Resolução CMN nº 5.272/2025 e com o início da obrigatoriedade, ainda que de forma indireta, de adoção de boas práticas de governança, controles e gestão compatíveis com os requisitos do Programa. Expôs os objetivos do Pró-Gestão RPPS e suas vantagens para o Instituto, ressaltando a responsabilidade dos gestores e a importância da adoção de boas práticas de gestão. Durante a exposição, o Diretor-Presidente fez um aparte para complementar as informações quanto ao significado e aos efeitos da responsabilização dos agentes envolvidos na gestão previdenciária. Retomando a palavra, a Senhora Ilka Coutinho ressaltou a importância de que os segurados conheçam as atividades desenvolvidas pelo IPREV-MARAGOGI, convidando-os a consultar o sítio eletrônico institucional, no qual estão disponibilizados informações e procedimentos que demonstram as boas práticas previdenciárias adotadas pelo RPPS. Foram apresentadas as ações previstas em cada dimensão do Pró-Gestão RPPS, iniciando-se pela dimensão Governança Corporativa, seguida das ações relacionadas ao Controle Interno e, posteriormente, à Educação Previdenciária, com destaque para esta última. A palestrante explicou, ainda, a fase em que o IPREV-MARAGOGI se encontra para alcançar os critérios necessários à solicitação da auditoria do Ministério da Previdência Social destinada à certificação do RPPS no âmbito do Pró-Gestão

RPPS, concluindo sua apresentação. Na sequência, foi convidado o representante da assessoria jurídica, Doutor Jorival Junior, que, após saudar os presentes, iniciou sua exposição apresentando um panorama da previdência social no Brasil e estabelecendo correlações com a realidade do Estado de Alagoas. Destacou que o RPPS de Maragogi foi criado anteriormente à Emenda Constitucional nº 20/1998, constituindo-se em um dos poucos regimes próprios criados naquele período. Sob a perspectiva jurídica e previdenciária, explicou aspectos relacionados à formação do déficit previdenciário, enfatizando os efeitos das técnicas de elaboração e aplicação dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS sobre as faixas remuneratórias e os proventos das diferentes categorias de servidores públicos, bem como seus reflexos nas aposentadorias. Abordou também as alterações nas regras de aposentadoria dos Agentes Comunitários de Saúde, a importância dos concursos públicos e apresentou exemplos relacionados às diferentes situações encontradas nos Estados de Alagoas e Pernambuco, onde atua. Tratou das contribuições previdenciárias, estabelecendo comparação com o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, e apresentou as vantagens da vinculação ao RPPS para os segurados. Na continuidade, discutiu regras e situações relacionadas às pensões por morte e aos benefícios previdenciários que passaram a assumir natureza estatutária, utilizando exemplos práticos para facilitar a compreensão dos participantes. Ao final, abordou o benefício do abono de permanência, destacando-o como importante vantagem destinada ao servidor público vinculado ao RPPS, bem como as diferenças existentes em sua aplicação após a Emenda Constitucional nº 103/2019. Tratou, ainda, da atuação dos órgãos de controle externo sobre os RPPS, apresentando exemplos para ilustrar a competência e a atuação de cada órgão. Durante a exposição, o Diretor-Presidente solicitou a palavra para realizar um aparte sobre o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP e a situação do IPREV-MARAGOGI. Retomando a palavra, o Doutor Jorival Junior concluiu sua apresentação. Em seguida, o Diretor-Presidente agradeceu ao palestrante, aos demais participantes e a todos os presentes, passando-se à fase de perguntas e manifestações, com a palavra facultada aos participantes. Às doze horas e dez minutos, foi apresentada pergunta por uma participante acerca da aposentadoria de uma Agente Comunitária de Saúde, especialmente quanto ao valor dos proventos, considerando a admissão no ano de 2003, bem como questionamento relacionado à declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física – IRPF, sendo a questão respondida pelo Doutor Jorival Junior, que esclareceu que a servidora havia sido aposentada por incapacidade, apresentando as respectivas justificativas e fundamentos aplicáveis ao caso. Na sequência, um dos conselheiros que compunha a mesa realizou manifestação acerca do quantitativo de servidores ativos em relação ao número de segurados

do regime, estabelecendo uma correlação percentual e destacando sua importância para a garantia da sustentabilidade previdenciária. Em seguida, uma professora aposentada apresentou manifestação complementar, informando que o Município já dispõe de legislação referente ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários da área de educação, mencionando, ainda, a redução dos índices de contratação temporária e defendendo que estas representem, no máximo, aproximadamente 30% do número de servidores efetivos, de modo a preservar uma relação de aproximadamente 70% de servidores efetivos. Na oportunidade, solicitou a realização de audiência pública específica para discussão da matéria. Na fase de encerramento, foram realizados os agradecimentos aos membros da mesa, aos palestrantes, aos servidores, conselheiros, segurados e demais participantes que contribuíram para a realização da audiência. Foi registrada manifestação quanto ao número reduzido de participantes, ressaltando-se que a participação popular tende a ser maior em audiências públicas relacionadas a reajustes salariais. Na oportunidade, foram ainda abordados outros temas de interesse local, inclusive questões relacionadas à realização de concursos públicos e sua viabilidade no Município. Foi formulado, ainda, questionamento acerca da situação do IPREV-MARAGOGI, sendo a questão respondida pelo Diretor-Presidente, que apresentou informações sobre o Programa Pró-Regularidade e as medidas relacionadas à regularidade previdenciária do Instituto. Não havendo outras manifestações, foram realizados os agradecimentos finais e, às doze horas e cinquenta e cinco minutos, foi encerrada a Primeira Audiência Pública do IPREV-MARAGOGI. Para constar, eu, Carolliny Silva Acioly Vasconcelos, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos responsáveis e demais participantes, na forma regulamentar.

JOAO GOMES DO
REGO:10313176434

 Assinado de forma digital por JOAO
GOMES DO REGO:10313176434